

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202403/0718

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Presidência do Conselho de Ministros

Organismo: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 2º grau

Área de Actuação: a) Responder a todas as solicitações pré -contenciosas, tais como as resultantes de sinistros no CDNJ, pedidos indemnizatórios, cumprimento e incumprimento de contratos, protocolos, cumprimento de programas e de apoios ao associativismo jovem, e contenciosas; b) Informar e acompanhar os processos de contraordenação em que o IPDJ, I. P., seja parte; c) Instruir e propor decisão nos processos de contraordenação da competência do IPDJ, I. P.; d) Informar e acompanhar os processos em fase de recurso e de execução; e) Acompanhar o processo de liquidação de coimas; f) Gerir a plataforma das contraordenações; g) Acompanhar os processos judiciais em que o IPDJ, I. P., seja parte; h) Instruir os inquéritos e processos disciplinares internos.

Remuneração: 2806,92

Suplemento Mensal: 209.17 EUR

Conteúdo Funcional: O constante nas alíneas a) a h) do n.º 2 do art.º 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na redação atual.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura em Direito

Perfil: a) Experiência profissional relacionada com a área funcional colocada a concurso; b) Capacidade de análise, de planeamento e organização; c) Competências de liderança e aptidão técnica para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área de atividade colocada a concurso; d) Capacidade de desenvolvimento e motivação; e) Capacidade de decisão e espírito de equipa; f) Elevado sentido ético.

A seleção dos/as candidatos/as será feita por escolha, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, através de análise curricular e de entrevista de seleção, recaindo sobre o/a candidato/a que melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições do cargo a prover.

Métodos de Selecção a Utilizar: Atendendo a que, nos termos do n.º 6, artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, o júri deverá indicar as razões que determinam a proposta de designação do/a candidato/a selecionado/a "(...) abstendo-se de ordenar os restantes candidatos", foi deliberado, por unanimidade, que a seleção do/a candidato/a resultará da análise qualiquantitativa dos currículos apresentados e dos critérios estabelecidos para a avaliação da Entrevista.

Presidente: Dra. Paula Vilela, Diretora do Departamento Jurídico do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Composição do Júri: Vogal efetiva: Mestre Joana Rodrigues, Chefe de Divisão de Contratação Pública, Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros.

Vogal efetiva: Professora Doutora Alexandra Vilela, Professora Associada da Universidade Lusófona.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	1	Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55	Lisboa	1250190 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 5625/2024/2 do Diário da República n.º 54, 2ª série, de 2023-03-15

Apresentação de Candidaturas

Local: rh@ipdj.pt

Formalização da Candidatura: As candidaturas deverão ser formalizadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. e enviado obrigatoriamente para o email rh@ipdj.pt até ao último dia do prazo para a apresentação de candidaturas.

Os/As candidatos/as deverão entregar, juntamente com o requerimento, sob pena da candidatura não ser considerada, os seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, do qual conste, designadamente, a identificação, as habilitações literárias e profissionais, com indicação das funções que exerce, bem como as que exerceu e atividades relevantes, a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas, entidades que as promoveram, duração e datas de realização, juntando fotocópias dos respetivos certificados, sob pena de as mesmas não serem consideradas, bem como qualquer outro elemento que considere relevante para a apreciação curricular;
- b) Fotocópias dos certificados de habilitações académicas;
- c) Fotocópias dos certificados de formação profissional relativos às ações de formação frequentadas e concluídas e mencionadas no Curriculum Vitae;
- d) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, com data igual ou posterior à do presente aviso, onde conste inequivocamente a natureza do vínculo à Administração Pública e a antiguidade na categoria e na carreira, não sendo aceites declarações com datas anteriores, que inviabilizem a confirmação do vínculo de emprego público à data atual.

Ao presente procedimento podem ser opositores/as os/as trabalhadores/as em funções públicas contratados/as ou designados/as por tempo indeterminado, licenciados/as, em Direito dotados/as de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

Não são admitidas ao presente procedimento candidaturas de titulares de qualquer grau de ensino em áreas distintas da área de Direito.

Contacto: 210470000

Data de Publicação 2024-03-18

Data Limite: 2024-04-02

Observações Gerais: